

# Assédio no CES: comissão independente adia entrega de relatório

**P** [publico.pt/2023/12/18/sociedade/noticia/assedio-ces-comissao-independente-adia-entrega-relatorio-2074143](https://publico.pt/2023/12/18/sociedade/noticia/assedio-ces-comissao-independente-adia-entrega-relatorio-2074143)

PÚBLICO

Exclusivo

MeToo

Grupo vai precisar de pelo menos dois meses para divulgar conclusões sobre alegações de assédio sexual e moral no Centro de Estudos Sociais dada a “elevada quantidade e complexidade da documentação”.

PÚBLICO

18 de Dezembro de 2023, 18:24 actualizado a 18 de Dezembro de 2023, 19:35

A comissão independente criada para investigar alegações de assédio sexual e moral no Centro de Estudos Sociais (CES), centro de investigação ligado à Universidade de Coimbra, vai precisar de pelo menos mais dois meses para divulgar as suas conclusões dada a “elevada quantidade e complexidade da documentação” recolhida nos últimos meses, informou a direcção do CES em comunicado esta segunda-feira. Estava previsto que o relatório daquele grupo fosse conhecido até ao final deste mês.

No comunicado, a direcção do CES anuncia que aprovou o pedido da comissão independente (CI) para prorrogação “por dois meses do prazo de entrega do relatório final de trabalhos”. A direcção diz também que a possibilidade desta extensão já tinha sido prevista pelas duas partes “aquando da constituição da comissão, criada para o esclarecimento de eventuais situações de assédio”.

Na curta nota, “a direcção do CES reitera a sua vontade de promover o esclarecimento das situações publicamente relatadas e vê esta prorrogação como fundamental para garantir um processo rigoroso e uma análise cuidada de toda a documentação”, sendo ainda dito que ambas as partes mantêm o compromisso de apresentar publicamente os resultados “tão cedo quanto possível”.

A CI foi criada a 1 de Agosto e apresentou como prazo-limite para a recepção de denúncias o dia 30 de Setembro. O grupo foi constituído quatro meses após as primeiras denúncias, que visam os investigadores Boaventura de Sousa Santos e Bruno Sena Martins, após a publicação do artigo *The walls spoke when no one else would: autoethnographic notes on sexual-power gatekeeping within avant-garde academia*, parte do livro *Sexual Misconduct in Academia*, pela conceituada editora Routledge.

O artigo em causa é assinado por Lieselotte Viaene, Catarina Laranjeiro e Miye Nadya, três investigadoras que passaram por aquele centro de investigação. Ainda que não identifiquem a instituição nem usem qualquer nome próprio, as suas alegações levaram a direcção do laboratório a admitir que as situações retratadas “terão ocorrido no âmbito do CES”. Nas semanas seguintes, surgiram novas alegações, quase todas envolvendo o director emérito do CES, Boaventura de Sousa Santos.

No mesmo mês de Abril, o Diário de Notícias identificava a terceira figura que protagonizava o artigo sob o epíteto de "a Sentinela" como sendo a investigadora coordenadora do CES Maria Paula Meneses; em Setembro, a antropóloga revelava ter avisado a editora britânica das "consequências legais" da manutenção do artigo no livro e que apresentara queixas-crimes contra as autoras de *The walls spoke when no one else would*. Após meses de pressão e "ameaças legais", a Routledge decidiu retirar permanentemente o artigo do livro. O que por seu turno gerou críticas não só da comunidade académica internacional como de um grupo de investigadores do próprio CES, além de vários grupos académicos portugueses.

Boaventura de Sousa Santos e Bruno Sena Martins estão afastados “de todos os cargos que ocupavam” no CES enquanto durar a investigação da CI. Boaventura de Sousa Santos tem reiterado ter na sua posse, e forneceu mesmo alguma dela ao PÚBLICO quando dirimiu argumentos com a activista Moira Millán, documentação que o ilibará das várias acusações, que nega desde o início — num artigo de opinião no semanário *Expresso*, em Junho, disse que pode ter tido "comportamentos inapropriados" em "determinados momentos", mas rejeitava a "prática de actos graves". Por seu turno, o colectivo de vítimas representado pela advogada brasileira Daniela Felix garante também desde a sua organização ter provas documentais, “um conjunto razoável de elementos probatórios”, mais de uma dezena de testemunhas e ainda "provas complementares" que apresentaria quando da entrevista formal com a CI.

## **Demoras e exiguidade**

---

O funcionamento da CI nunca escapou a críticas. Primeiro pela demora na sua criação, depois pelo prazo que foi considerado exíguo pelas alegadas vítimas para apresentarem os seus casos e queixas. Em Agosto, um colectivo que agrega 11 mulheres que dizem ter sido vítimas de assédio sexual e moral e extractivismo intelectual pelos dois investigadores do CES exigiu um prazo mais alargado para a apresentação de denúncias à CI, bem como mais transparência nos procedimentos. Nove delas, entre as quais a deputada brasileira Bella Gonçalves, apresentaram ainda assim as suas declarações à comissão, tendo a activista indígena mapuche Moira Ivana Millán feito o mesmo, totalizando dez queixas conhecidas publicamente mas não necessariamente o número final de denúncias.

Já findo o prazo oficial de queixas, surgiram *graffitti* nas paredes do CES a insistir na mesma questão. “A sério que estão a processar quem fez as denúncias?”, leu-se a vermelho numa parede branca de Coimbra. “E que deram um prazo ridículo para fazerem denúncias de anos de esterco? Esqueçam estas paredes, limpem a merda dentro do CES.” Os escritos são uma referência directa à origem das denúncias e do artigo científico, que vai buscar o seu título a outros *graffitti* que, em 2018, diziam nas paredes da instituição conimbricense: “Fora Boaventura. Todas Sabemos”. Todas Sabemos deu, por seu turno, nome a um colectivo de centenas de pessoas de vários países e actividades que se tem manifestado contra o assédio e o extractivismo na academia.

Os membros da comissão independente ainda em funções são a especialista em psicologia clínica Catarina Reis Neves, actualmente directora técnica da Casa de Abrigo para homens vítimas de violência doméstica, a presidente do Instituto Latinoamericano del Ombudsman – Defensorias del Pueblo, Cristina Ayoub Riche, a advogada especializada em contencioso, penal, direito de família e sucessões Eduarda Proença de Carvalho, o mestre em Medicina Jorge A. Ribeiro Pereira, hoje membro da direcção da European Network of Ombuds in Higher Education, e a provedora da/o Estudante da Universidade Palacky, na República Checa, Michaela Antonín Malaníková, que é ainda membro da Câmara de Especialistas de Género do seu país.